

AUDIODESCRIÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A ESCOLA INCLUSIVA

Patrícia Amorim de Amorim

Lucia Maria Cruz Pereira

Adriany Thatcher Castro Soares

RESUMO

Esta pesquisa aborda a importância da implementação da audiodescrição no Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado aos estudantes com deficiência visual, nas escolas inclusivas. Para realização deste estudo, considerou-se os seguintes objetivos: conceituar a deficiência visual e suas respectivas implicações educacionais; analisar a concepção de audiodescrição e seus pressupostos legais; relacionar as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência visual à funcionalidade da audiodescrição, na classe inclusiva. De caráter qualitativo, a metodologia alia a revisão bibliográfica sobre deficiência visual, audiodescrição e AEE. Como resultado, identificou-se que a audiodescrição representa uma importante estratégia para a compreensão de conteúdos de apresentação visual, para estudantes cegos e com baixa visão, embora sua produção e divulgação ainda não seja suficiente, permanecendo desconhecida da população em geral, inclusive dos professores que atuam com crianças e jovens com deficiência visual. Conclui-se que a carência de pesquisas na área educacional que abordem e viabilizem a produção, análise e avaliação dos usos da audiodescrição como recurso de acessibilidade aos currículos escolares, no cotidiano de estudantes com deficiência visual, constitui-se como barreira para a promoção da inclusão escolar.

Palavras-chave: Deficiência visual, Audiodescrição, Inclusão escolar

1 INTRODUÇÃO

Como crianças cegas e com baixa visão podem ter acesso aos conteúdos essencialmente visuais presentes em fotografias, livros didáticos, mapas, por exemplo? Como os estudantes com deficiência visual poderão compreender o teor das imagens projetadas em sala de aula, através de recursos como: retroprojektor, data show, notebooks, etc? Mesmo que todo o contexto dessas imagens seja narrado, mesmo que os textos que as acompanham sejam lidos, ainda assim, a informação não se tornaria completa. O uso cotidiano de recursos visuais nas salas de aula coloca em questão, cada vez mais, a exposição de conteúdos apresentados sem qualquer palavra, exclusivamente através de imagens. Para que os alunos com deficiência visual possam acompanhar esses conteúdos, será necessário que esses estudantes tenham acesso às informações transmitidas de maneira visual, para tanto, as imagens precisariam ser transformadas em palavras.

O processo de transformar imagens em palavras, para acessibilidade da pessoa com deficiência visual, atualmente é definido como Audescrição (AD). Essa modalidade de tradução é um processo complexo que visa transformar informações visuais/imagéticas em texto verbal, para torná-las acessíveis.

Devido ao caráter recente da discussão sobre a audiodescrição no âmbito escolar, há escassas análises que tratem da sua efetivação nas salas de aulas inclusivas. Sobre essa temática foram encontrados apenas os estudos de Silva (2009; 2012), Motta (2014) e Mianes (2012; 2015).

Assim como a inclusão escolar de pessoas com deficiência, a Audiodescrição também constitui um direito garantido por Lei (BRASIL, 1996; 2008; 2010). A partir do referencial analisado, é possível concluir que a audiodescrição constitui recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, com especial contribuição para a prática cotidiana escolar.

Embora a audiodescrição permita a acessibilidade da pessoa com deficiência visual aos conteúdos imagéticos mais variados, as pesquisas apontam que, no Brasil, sua oferta ainda não é suficiente. Silva (2012) destaca que a produção de audiodescrição não é satisfatória e esse recurso permanece desconhecido da população em geral, inclusive dos professores que atuam com crianças e jovens com deficiência visual.

Desta maneira, evidencia-se a urgente necessidade de pesquisas sobre essa temática, a fim de melhor compreender e discutir as implicações da audiodescrição no contexto da

inclusão escolar. Assim considerou-se como problema: De que maneira a audiodescrição se relaciona com a inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual?

Diante da problemática supracitada considera-se a seguinte hipótese: A audiodescrição constitui-se como importante recurso de acessibilidade a conteúdos imagéticos cuja funcionalidade também deve ser considerada no cotidiano das escolas, com vistas a garantir a inclusão escolar de estudantes cegos e com baixa visão.

A realização da presente pesquisa, durante a Especialização em Educação Especial, vinculada ao Instituto de Educação Superior Afonso Cláudio (FAAC) e ao Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação e Pesquisa (CESAP), oportunizou a ampliação de nossas intenções de melhor compreender a audiodescrição, bem como de investigar seu papel na inclusão escolar de pessoas com deficiência visual. Assim, o presente estudo resulta de aproximadamente duas décadas de experiência profissional das pesquisadoras em educação de crianças, jovens e adultos com deficiência visual. Desde 2008, ambas com atuação em produção e revisão de textos didáticos em Braille, no Instituto de Cegos da Bahia (ICB), no Centro de Tecnologia e Informação (CETIN).

O aprofundamento de estudo sobre as condições de acessibilidade a conteúdos imagéticos por parte dos alunos cegos, emergiu como desejo e necessidade, para melhor compreender a realidade educacional com que convivemos cotidianamente, como educadoras especializadas. Ao longo da trajetória profissional, presenciamos situações como: omissão de imagens contidas em textos, livros e histórias; privação do conhecimento de conteúdos artísticos como pinturas e fotografias; ausência de oportunidades de leitura de histórias em quadrinhos, charges, caricaturas e ilustrações. Percebemos que muitos professores e familiares argumentam que a apresentação dessas imagens não fariam diferença no contexto da pessoa com deficiência visual, seriam, portanto, irrelevantes. No entanto, essa prática constitui-se em uma negação de um conhecimento cultural importante, o conhecimento de imagens, prejudicando, assim, o desenvolvimento educacional e social dos estudantes com deficiência visual.

Entre as experiências relacionadas ao tema da descrição de imagens para estudantes cegos, destacamos um fato ocorrido em 2008: mediante a solicitação de uma professora de Atendimento Educacional Especializado, que oferece suporte a estudantes cegos e com baixa visão das redes Estadual e Municipal de ensino, em Salvador, foi realizada a transcrição para o Sistema Braille de alguns exemplares da Revista Sesinho, revista em quadrinhos produzida pelo Serviço Social da Indústria (SESI).

Essa experiência nos motivou a buscar uma estratégia para melhor descrever as imagens contidas na revista, pois havia vários personagens, diálogos em balões, movimentos, atitudes etc de fundamental importância na compreensão do conteúdo. Caso essas informações visuais não fossem descritas, os estudantes não acompanhariam o enredo da história em quadrinhos.

Nosso desconhecimento sobre a audiodescrição como área pesquisa não impediu a realização dessa atividade, principalmente pelo fato de uma das pesquisadoras fazer parte da equipe como revisora Braillee ser uma pessoa com deficiência visual, se deparando diariamente com a necessidade de uso desse recurso, mesmo que informalmente. No entanto, reconhecemos a ausência de referências que dessem suporte para um trabalho de caráter mais técnico e profissional.

Objetivou-se de forma geral descrever e analisar as relações entre audiodescrição e acessibilidade a conteúdos imagéticos, no contexto da inclusão escolar de estudantes com deficiência visual e enquanto que especificamente visa: analisar a concepção de audiodescrição e seus pressupostos legais e relacionar as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência visual à funcionalidade da audiodescrição, na classe inclusiva.

2 AUDIODESCRIÇÃO: TRADUÇÃO DE PALAVRAS EM IMAGENS

Atualmente, o avanço das tecnologias e sua conseqüente ampla utilização em toda a sociedade, também possibilita que as escolas utilizem maior diversidade de recursos para a mediação dos currículos escolares. Assim, torna-se cada vez mais comum o uso de equipamentos como o computador, o retroprojetor, o *datashow*, além de recursos digitais, que possibilitam a interação através da internet. Trocas de mensagens com fotografias, dramatizações, apresentações de performances, vídeos de danças, palestras, slides ilustrados, além de charges, mapas e gráficos, todos esses recursos fazem parte do cotidiano dos alunos com deficiência visual. No entanto, podemos nos perguntar: como esses estudantes terão acesso à informações visuais, se essas não forem traduzidas?

Como ocorrerá a avaliação desses conteúdos escolares apresentados de forma visual, caso os mesmos não sejam descritos de forma precisa?

A audiodescrição é uma modalidade de tradução de imagens em palavras que consiste em transformar informações essencialmente visuais, tornando-as acessíveis para quem não está vendo ou tem algum tipo de dificuldade para ver. As primeiras experiências de audiodescrição começaram informalmente, com a prática de descrever informações visuais para as pessoas cegas, ou com baixa visão, como por exemplo, pinturas, filmes e fotografias. (SILVA, 2009)

De acordo com Franco e Silva (2010, p. 1), a audiodescrição torna possível que informações importantes, transmitidas visualmente, não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão. Silva (2009) ressalta que a audiodescrição foi criada para atender às necessidades de pessoas com deficiência visual, com o objetivo de tornar acessíveis produções culturais como filmes, óperas, peças teatrais e a programação de televisão.

(...) a audiodescrição, assim como as demais modalidades de tradução audiovisual, torna acessível um conteúdo que de outra sorte seria incompreensível aos seus receptores. A única diferença reside na natureza do impedimento por parte do público alvo. No caso da legendagem e da dublagem, por exemplo, essa barreira é de ordem lingüística. No caso da audiodescrição, ela é sensorial. O advento da audiodescrição, portanto, é apenas um reflexo da expansão do campo da tradução audiovisual frente a pressões sociais para tornar os produtos traduzidos acessíveis a todos, inclusive a pessoas com deficiência. (SILVA, 2009, p. 10).

Assim, a audiodescrição caracteriza-se como uma modalidade de tradução audiovisual intersemiótica, pois perpassa dois signos linguísticos: do imagético para a linguagem verbal.

Franco e Silva (2010), Farias (2013), Silva (2009) e Rodrigues (2010), entre outros, abordam o desenvolvimento da audiodescrição, cuja origem se deu na década de 1970, nos Estados Unidos, posteriormente, a partir da década de 1980, expandindo-se para a Europa, com pesquisas que abordavam especificamente a audiodescrição para o cinema e para o teatro. Desta maneira, apenas no final do século passado, a audiodescrição começou a ganhar um caráter mais profissional e técnico, sendo defendida a posição de que a audiodescrição deveria ser realizada por tradutores profissionais, com a revisão de pessoas com deficiência visual.

A primeira pesquisa sobre audiodescrição foi realizada nos Estados Unidos, na década de 1970, por Gregory Frazier em sua dissertação de mestrado. O primeiro espetáculo teatral a utilizar a audiodescrição, ocorreu na década de 1980, na estreia da peça *Major Barbara*, no *ArenaStageTheater* em Washington DC, audiodescrita pelo casal Margaret Rockwell (deficiente visual) e CodyPfanstiehl. Os dois também foram responsáveis por outras produções como as “[...] primeiras audiodescrições em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos EUA e por contribuir de maneira significativa para levar a AD à televisão”. (FRANCO, SILVA, 2010, p.2)

A partir da década de 1980, ampliou-se a prática da audiodescrição nos Estados Unidos e também na Europa. Franco e Silva (2010) relatam: a transmissão da primeira série de TV com audiodescrição transmitida simultaneamente via rádio (*American Playhouse*, em 1982); testes para transmissão de programas televisivos com audiodescrição pré-gravada em rede nacional (1986); uso do recém-criado Programa de Áudio Secundário (SAP) para audiodescrição e testes de recepção com espectadores com deficiência visual (1986); criação do *Descriptive Video Services* (DVS), primeiro provedor de material audiodescrito pré-gravado para televisão dos EUA (1990).

Na Europa, Franco e Silva (2010) destacam: na Espanha, a audiodescrição do filme *O último Tango em Paris*, realizada pela *Organización Nacional de CiegosEspañoles* (ONCE) (em 1987); na França, dois extratos de filmes com audiodescrição, resultado de curso realizado por estudantes franceses junto ao *Audio Vision Institute* nos EUA, são exibidos, durante o Festival de Cannes (1989); primeira audiodescrição francesa com filme: *Indiana Jones e a Última Cruzada* (1989); na Alemanha, organização das primeiras sessões especiais de cinema com audiodescrição (1989); em Munique, oferta de programação de TV audiodescrita, pela rede *BayerishesRundfunk*, a qual “foi pioneira em oferecer alguns itens de sua programação audiodescritos e por fazer uso sistemático de um consultor deficiente visual durante o processo de audiodescrição desses itens” (FRANCO, SILVA, 2010, p. 3).

No final da década de 1990, foram produzidas mais pesquisas, conseqüentemente houve demanda para oferta de cursos para aprimorar as técnicas e o seu uso na produção de filmes com audiodescrição gravada em vídeo e para a TV. Posteriormente, a audiodescrição também foi realizada em espetáculos como óperas e peças teatrais. Pequenas produções e outras de caráter mais profissional também passaram a adotar e fazer uso desse recurso de

acessibilidade, na Europa. A Inglaterra se destaca por utilizar a audiodescrição em grande volume em trabalhos audiovisuais, principalmente para o público adulto de seu país.

No Brasil, a audiodescrição foi utilizada formalmente, pela primeira vez, em 2003, durante o festival de cinema temático *Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiências*, que aborda a temática da inclusão da pessoa com deficiência, realizado no Rio de Janeiro (POZZOBON, 2008; FRANCO, SILVA, 2010). A partir da sua 4ª edição, esse festival realizou atividades itinerantes em outras cidades brasileiras. Desde então, tanto as pesquisas, quanto as produções audiovisuais sobre esse recurso, vêm se consolidando no país.

Irmãos de Fé, lançado em 2005, e *Ensaio sobre a Cegueira*, lançado em 2008, foram os primeiros, e até o momento, únicos filmes audiodescritos comercializados no país. A peça *Andaime*, exibida em São Paulo em 2007, foi o primeiro espetáculo teatral a contar com o recurso. O *Festival de Cinema de Gramado*, em sua edição de 2007, e o *Festival Internacional de Curtas-metragens de São Paulo*, nas edições de 2006 e 2007, foram as primeiras mostras não temáticas a exibirem filmes audiodescritos. Já a montagem *Os Três Audíveis* e a propaganda sobre a linha *Natura Naturé* para crianças, ambas exibidas em 2008, foram, respectivamente, o primeiro espetáculo de dança e o primeiro comercial de TV com audiodescrição do país. (SILVA, 2009, p. 21).

No ano de 2000, a Lei 10.098 (BRASIL, 2000), estabeleceu as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de propor outras providências. Instituiu-se a eliminação de barreiras e de obstáculos, entre outros aspectos, nos meios de comunicação. No Capítulo VII, Art. 17, sobre a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, determinou-se promoção de alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Por conta do seu caráter inovador, essa Lei ficou amplamente conhecida como Lei da acessibilidade.

Em 2004, o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), regulamentou as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu Capítulo III, define as condições gerais da acessibilidade, em seu Artigo 8º, considera: **I - acessibilidade**: condição para utilização, com segurança e autonomia, total

ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; **II - barreiras:** qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas; b) barreiras nas edificações, c) barreiras nos transportes e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004)

Em seu capítulo VI, do acesso à informação e comunicação o Decreto 5.296 determina que caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência visual e surdez. Em seu artigo 52, define esses recursos como: I - circuito de decodificação de legenda oculta; II - recurso para Programa Secundário de Áudio (SAP); e III - entradas para fones de ouvido com ou sem fio. Em seu artigo 53, § 2º prevê a utilização, entre outros, dos seguintes sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas com deficiência visual e surdez: I - a subtítuloção por meio de legenda oculta; II - a janela com intérprete de LIBRAS; e III - a descrição e narração em voz de cenas e imagens (BRASIL, 2004).

A Portaria n.º 310 (BRASIL, 2006) estabeleceu o cronograma de implantação para tornar a programação transmitida ou retransmitida pela televisão brasileira acessível às pessoas com deficiência, através de critérios para a implementação da audiodescrição, que “corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual” (BRASIL, 2006). No item 5.1, determina que a programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter “Audiodescrição, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP), sempre que o programa for exclusivamente falado em Português”. Ainda de acordo com a Portaria 310, no prazo máximo de dois anos, as emissoras deveriam oferecer, duas horas diárias de programação audiodescrita, essa programação teria que ser ampliada, gradativamente, até que toda a programação estivesse acessível, no prazo de dez anos.

A Portaria nº 403, de 27 junho de 2008, determinou a suspensão da obrigatoriedade de veiculação na programação com audiodescrição, o que caracterizou-se como sensível retrocesso às conquistas obtidas até então. A Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008, concedeu o prazo de noventa dias, para que as exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão (RTV) passassem a veicular, recurso de acessibilidade. Assim, manteve-se a suspensão prevista na Portaria anterior, sob a alegação de que as TVs teriam dificuldades para encontrar mão de obra qualificada para tal fim.

Portaria nº 661, de 14 de outubro de 2008, estabeleceu que seria necessário uma consulta pública para conhecer aspectos como o custo benefício da audiodescrição na televisão do país, com vistas à oferta de melhoria do serviço. Conforme ressaltam Pena e Silva (2014) e Farias (2013) o adiamento da legalização audiodescrição nas programações de TV brasileiras evidenciam o intento de adiar a oferta desse recurso de acessibilidade, cuja intencionalidade era claramente a suspensão desse serviço, uma vez que não divulgação ampla que permitisse a participação dos segmentos ligados à pessoa com deficiência.

A Portaria nº 188, de 24 de março de 2010 (BRASIL, 2010), alterou o disposto anterior, incluindo a pessoa com deficiência intelectual como público alvo contemplado. Além disso, postergou o prazo para obrigatoriedade inicial (de 2008 para 2010) da audiodescrição na programação da televisão brasileira.

Assim, somente a partir do dia 1º de julho de 2011 a audiodescrição passou a ser obrigatória, por duas horas semanais, na programação de televisão aberta, que operam em sinal digital, objetiva-se que em dez anos, as emissoras de radiodifusão em sinal digital do Brasil exibam, no mínimo, vinte horas semanais de programas com audiodescrição, na programação veiculada entre as seis horas da tarde e duas horas da madrugada. . De acordo com Pena e Silva (2014, p. 8), essa é a primeira iniciativa do gênero na América Latina.

3 AUDIODESCRIÇÃO: TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A INCLUSÃO

A presença de estudantes com deficiência visual nas salas de aula comuns, bem como a popularização do acesso à tecnologia nas atividades escolares cotidianas, evidencia a necessidade das instituições de ensino discutirem formas mais adequadas para a

acessibilidade de seus alunos cegos e com baixa visão. Considerada ponto de partida para toda atuação pedagógica com alunos com deficiência visual, essa concepção possibilitaria a construção de atendimento especializado condizente com as especificidades da limitação visual, a qual requer estimulação, desde a infância, dos outros canais sensoriais, da linguagem e da dimensão social.

Através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 1988; 1996; 2008; 2011), estudantes cegos e com baixa visão têm direito ao acesso a saberes, recursos adaptados e metodologias específicas para seu desenvolvimento escolar e social, tais como: atendimento com professores especializados; acesso à Tecnologia Assistiva e materiais didáticos e pedagógicos adaptados (como transcrição em relevo através do Sistema Braille para os/as estudantes com cegueira; ampliação para fontes adequadas à condição visual do aluno com baixa visão; utilização de contrastes; construção de mapas táteis; descrição de imagens; adaptações de tabelas e gráficos; uso do computador por meio dos programas leitores de tela ou lupas ampliadoras, etc.) (BRASIL, 2011).

O presente trabalho buscou investigar pesquisas de Mestrado e Doutorado realizadas no Brasil, que abordassem a temática da audiodescrição. Foram encontradas pesquisas como as de Silva (2009), Rodrigues (2010) e Farias (2013), que versam sobre a importância da audiodescrição para a acessibilidade da pessoa com deficiência visual, porém, destes estudos, apenas Rodrigues (2010) traz o viés educacional em sua abordagem. No entanto, foram encontrados dois artigos que tratam da audiodescrição em classe inclusiva, são eles: Silva (2012) e Motta (2014).

Diante das leituras realizadas pelas pesquisadoras pode-se perceber que Farias (2013), Rodrigues (2010) e Silva (2009) independente de faixa etária ou grau de escolaridade dos sujeitos público alvo de suas respectivas pesquisas, as autoras ouviram pessoas com deficiência visual pertencentes às classes inclusivas com atendimento educacional especializado em turno oposto. Houve assim, uma intersecção entre os pesquisadores supra citados no que diz respeito aos sujeitos selecionados em suas respectivas pesquisas por se tratar em sua maioria de estudantes oriundos da educação inclusiva.

Silva (2009) em sua pesquisa de Mestrado intitulada “Com os Olhos do Coração: Estudo acerca da audiodescrição de Desenhos Animados para o Público Infantil” buscou delinear os primeiros parâmetros para a construção de um modelo de audiodescrição que atendesse às necessidades da criança brasileira não-vidente. A pesquisa teve como público-alvo crianças de 8 a 11 anos, atendidas no Instituto de Cegos da Bahia, juntamente com seus

familiares e professores. Para a coleta de dados foram utilizados questionário, entrevistas e observações, após a exibição de desenhos animados da Turma da Mônica, que contavam com o recurso de audiodescrição realizado pela própria autora. A pesquisadora concluiu que a audiodescrição além de ter contribuído para o entendimento dos desenhos apresentados, possibilitou uma experiência prazerosa e educativa. Além disso, é importante destacar que a pesquisa constata a necessidade do desenvolvimento de um roteiro de audiodescrição adequado às necessidades do público alvo, crianças ou adultos.

A pesquisa de Mestrado de Rodrigues (2010) teve como tema “O potencial Formativo do Cinema e a Audiodescrição: Olhares Cegos”, cujo objetivo foi mostrar como o cinema pode contribuir no processo formativo de pessoas cegas, realçando a audiodescrição como recurso de acessibilidade aos filmes. O referido trabalho destaca o importante papel desempenhado pela família na desconstrução de mitos como “cinema não é coisa para cego”. Para desenvolver a pesquisa a autora entrevistou três adultos com deficiência visual sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino, dois dos quais eram cegos congênitos e um adventício, pois visava conhecer o processo de construção dos conteúdos imagéticos desde a infância dos indivíduos entrevistados. A autora concluiu que a experiência da audiodescrição amplia o conhecimento de mundo das pessoas com deficiência visual ao mesmo tempo em que contribui para o seu desenvolvimento em aspectos como social, cultural e, conseqüentemente, enriquecerão o seu desempenho acadêmico.

A pesquisa de Doutorado realizada por Farias (2013) teve como tema “Audiodescrição e a Poética da Linguagem Cinematográfica: um estudo de caso do filme *Atrás das Nuvens*”. O estudo objetivou analisar o alcance de duas versões de audiodescrição realizadas para o filme “*Atrás das Nuvens*” de origem portuguesa, fixando o olhar na poética produzida pela linguagem cinematográfica nesta obra e também se propôs discutir as questões da objetividade, expressividade e poética passadas nas versões abordadas. A pesquisadora entrevistou pessoas com deficiência visual atendidas pelo Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CAP) em Salvador – BA. Os resultados demonstraram ser possível realizar a audiodescrição a partir da força embutida na poética da linguagem cinematográfica e transmiti-la de forma expressiva, criativa e poética.

Silva (2012) aborda a importância da utilização do recurso da audiodescrição em classe inclusiva, como algo funcional, demasiado útil. A autora, ampliando a perspectiva de seus estudos anteriores (SILVA, 2009), inclui como público-alvo, além dos alunos cegos, também aqueles com surdez e déficit intelectual. Podemos perceber assim a mudança de olhar da

pesquisadora sobre as diversas possibilidades de utilização da audiodescrição, ampliando assim o leque de opções para o seu uso. A mesma Silva(2009) que traz o desenho animado como “entretenimento” reafirma em (2012) a funcionalidade dos filmes audiodescritos por um viés educacional inclusivo.

Motta (2014) em artigo: Audiodescrição: Ferramenta de Acessibilidade a Serviço da Inclusão Escolar aborda a importância da audiodescrição como recurso de acessibilidade nos mais diversos ambientes, como por exemplo eventos sociais casamentos e batizados, além de destacar a relevância da audiodescrição na escola inclusiva. A autora ainda aponta a necessidade de se construir uma capacitação mais sistemática nessa área, a fim de garantir a inserção do profissional audiodescritor em classe inclusiva, no suporte ao professor, com a finalidade de tornar acessíveis os conteúdos visuais comuns ao cotidiano das escolas, argumentos com o qual concordamos. A necessidade do audiodescritor dentro das salas de aulas inclusivas é análoga à relevância do profissional intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Ao analisar os estudos supracitados, fica evidente que, embora diversos estudos tenham sido desenvolvidos sobre a temática da audiodescrição, ainda assim há escassas análises que tratem da sua funcionalidade no contexto escolar.

De igual maneira, ainda são poucos os relatos sobre o uso sistemático desse recurso de Tecnologia Assistiva, para acessibilidade a conteúdos escolares em forma de imagens, como textos projetados em slides, filmes, fotografias, gráficos, charges etc., que são cada vez mais utilizados cotidianamente nas salas de aulas.

No Brasil, a Audiodescrição tornou-se tema de pesquisa muito recentemente. Estudos realizados por Franco (2006; 2007; 2010) trataram de definir a audiodescrição e os profissionais que a desempenham: os audiodescritores, a importância da acessibilidade à televisão através da audiodescrição e da necessidade de estabelecer normas para sua implementação. Franco e Silva (2010) traçaram um panorama da audiodescrição no Brasil, a partir de 2002. Franco e Santiago (2011) trataram das terminologias utilizadas para a tradução audiovisual brasileira.

No tocante às pesquisas de pós-graduação, pode-se destacar o estudo de mestrado de Silva (2009) que realizou a audiodescrição de desenhos animados da Turma da Mônica, para crianças com deficiência visual, estudantes do Instituto de Cegos da Bahia. Rodrigues (2010) abordou o potencial formativo do cinema e da audiodescrição, para pessoas com deficiência visual, em sua pesquisa de mestrado. Mascarenhas (2012) abordou a

audiodescrição numa perspectiva da tradução, através da narratologia, em seu estudo sobre a audiodescrição da minissérie policial Luna Caliente. Farias (2013) analisou em seu doutorado a poética da linguagem cinematográfica, através de estudo de caso com a audiodescrição do filme *Atrás das Nuvens*.

A literatura estudada destaca a relevância da audiodescrição como recursos de acessibilidade aos conteúdos imagéticos, nos contextos sócio-cultural e educacional das pessoas com deficiência visual, o que torna o audiodescritor um profissional indispensável para a tradução das imagens em palavras, na promoção da inclusão. Apesar disso, a audiodescrição ainda não está devidamente regulamentada em nosso país, nem se constitui como prática comum nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou investigar de que maneira a audiodescrição se relaciona com a inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual e teve referencial metodológico a abordagem bibliográfica, a qual possibilitou a imersão no contexto estudado.

A audiodescrição constitui-se como modalidade de tradução que visa transformar informações visuais/imagéticas em texto verbal, para torná-las acessíveis pra pessoas com deficiência visual (BRASIL, 1996; 2008; 2010). As pesquisas sobre essa temática demonstram que, embora a audiodescrição permita a acessibilidade da pessoa com deficiência visual aos conteúdos imagéticos mais variados, sua oferta no Brasil ainda não é suficiente (FRANCO, 2010).

A audiodescrição nas classes inclusivas carece de pesquisas e estudos que abordem e viabilizem a produção, análise e avaliação dos usos desse recurso, no cotidiano de crianças e jovens com deficiência visual, nas salas de aula. Como destaca Silva (2012) destaca que a produção de audiodescrição não é satisfatória e esse recurso permanece desconhecido da população em geral, inclusive dos professores que atuam com crianças e jovens com deficiência visual. Nesse sentido, a autora discute a importância da audiodescrição, numa perspectiva dialógica, incentivando a utilização desse recurso como suporte à inclusão escolar.

Para realização do presente estudo, empreendeu-se pesquisa sobre investigações de cunho acadêmico que versassem sobre a temática da audiodescrição no contexto escolar, no entanto nos deparamos com a quase totalidade das pesquisas voltadas para a audiodescrição no cinema, no teatro, na TV. Contudo, sabemos que a audiodescrição é de grande utilidade em todos os não apenas nesses contextos socioculturais, mas pode constituir-se como importante contribuição para o entendimento de mundo da pessoa com deficiência visual também no cotidiano das escolas. Assim é relevante destacar mais de um aspecto para o qual esta modalidade de tradução seria demasiado funcional no âmbito educacional, ou seja, na classe inclusiva. Relevância essa enfatizada apenas nos artigos de Silva (2012) e Motta (2014).

Concordamos com a argumentação de Rodrigues (2010) para a qual a experiência da audiodescrição amplia o conhecimento de mundo das pessoas com deficiência visual, ao mesmo tempo em que contribui para o seu desenvolvimento em aspectos social, cultural e acadêmico. A fim de suprir essa falta em classe inclusiva, ao menos em parte, seria relevante a qualificação do profissional atuante em classe inclusiva na área da audiodescrição atitude essa que beneficiaria não só um estudante com deficiência visual mas também aqueles que têm alguma dificuldade intelectual, de visão não diagnosticada ou alguma dificuldade na compreensão daquele assunto pois na medida em que áudio descreve o professor acaba por tirar dúvidas que possam surgir pertinentes a má qualidade da imagem, por exemplo.

Nesse contexto, o presente estudo, poderá contribuir com a produção do conhecimento sobre educação inclusiva, na medida em que aborda a audiodescrição como recurso de Tecnologia Assistiva como suporte para auxiliar a acessibilidade a conteúdos de cunho essencialmente visual, apoiando a inclusão escolar dos estudantes com deficiência visual.

Com vistas a um aprofundamento do tema, sugerimos aos leitores pesquisar na internet a temática da inclusão da pessoa com deficiência visual e da audiodescrição, onde encontrarão vídeos, artigos e pesquisas que ilustram a abordagem apresenta nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 20 dez. 2000. Disponível em:

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 2 de dez. de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao art. 53 do Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 28 dez. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5645.htm>. Acesso em: 19 jul. 2011. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 28 jun. 2006a. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-de-junho-de-2006>>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 24 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>> Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Portaria nº 403, de 27 de junho de 2008. Suspensão da obrigatoriedade de veiculação na programação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 28 jun. 2008b. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24676-portaria-n-403-de-27-de-junho-de-2008>>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008. Concede o prazo de noventa dias, para que as exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão (RTV) passem a veicular, recurso de acessibilidade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 31 jul. 2008c. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24675-portaria-n-466-de-30-de-julho-de-2008>> Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Portaria nº 661, de 14 de outubro de 2008. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 15 out. 2008d. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/26981-portaria-n-661-de-14-de-outubro-de-2008>> Acesso em: 31 out. 2015.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 17 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FARIAS, S. R. R. **Audiodescrição e a poética da linguagem cinematográfica**: um estudo de caso do filme *Atrás das Nuvens*. 240f. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13023/3/SANDRA%20REGINA%20ROSA.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C., SILVEIRA, D. M. M., CARNEIRO, B. C. dos S., URPIA, A. **Audiodescrição para além da visão**: um estudo piloto com alunos da APAE. In. Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil. ARAÚJO, Vera L. S., ADERALDO, Marisa F. (Org). Curitiba: CRV, 2013. p. 201-211. Disponível em:

<<http://www.4shared.com/office/Sdlq-6jce/Osnovorumosdapesquisaemaudio.html>>

Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C., MONTEIRO, A. M. **A audiodescrição de cenas de sexo em O signo da cidade**. In: Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil. ARAÚJO, Vera L. S., ADERALDO, Marisa F. (Org). Curitiba: CRV, 2013. p. 169-183. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/tDNiG1wcba/Artigo_Alana.html> Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C.; SANTIAGO A., V. **Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV)** In: FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P. (orgs) Tradução Audiovisual (TAV). Número especial de Tradução em Revista, no. 11, 2011.2, p. 1-23. [online] Disponível em: <<http://audiodescricao.com/site/files/2010/02/18884.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C. **A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de normas da audiodescrição no Brasil**. In: RBTV – Revista Brasileira de Tradução Visual, vol. 3, 2010. [online] Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/38/39>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. da. **Audiodescrição: Breve Passeio Histórico**. In MOTTA, L. M. V. M.; FILHO, P. R. (orgs) Audiodescrição. Transformando Imagens em Palavras, São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 23-42. Disponível em: <http://www.audiodescricao.com/site/files/2014/12/LivroAD_cap.1_ElianaFranco.pdf> Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C. **Audiodescrição e audiodescritores: quem é quem?** Publicação no blog Bengala Legal em 19/04/2007, em resposta à matéria da revista Sentidos. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/audiodescricao/>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

FRANCO, E. P. C. **Legenda e áudio-descrição na televisão garantem acessibilidade a deficientes**. Revista Ciência e Cultura, vol.58, no.1, São Paulo: SBPC, jan/mar 2006, p. 12-13. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a08v58n1.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual**: aspectos psicoevolutivos e educativos. Tradução: Magali de Lourdes Pedro. 1 ed. 2 impr. São Paulo: Santos Editora, 2010.

MASCARENHAS, R. de O. **A audiodescrição da minissérie policial Luna Caliente**: uma proposta de tradução à luz da narratologia. 285f.il. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/mPnG-9-jba/Tese-Renata_O_Mascarenhas__2_.html> Acesso: 25 de ago. de 2015.

MIANES, F. L.; SOARES, M. B. **De espectador a protagonista**: a pessoa com deficiência visual como consultora em Audiodescrição. Revista Brasileira de Tradução Visual - RBTv, v. 12, p. 7-13, 2012.

MIANES, F. L. **Marcas de identificação em narrativas autobiográfias de pessoas com deficiência visual**. 180f, Il. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115958/000964926.pdf?sequence=1>> Acesso: 08 de nov. de 2015.

MASCARENHAS, R. de O. **A audiodescrição da minissérie policial Luna Caliente**: uma proposta de tradução à luz da narratologia. 285f.il. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/mPnG-9-jba/Tese-Renata_O_Mascarenhas__2_.html> Acesso: 25 de ago. de 2015.

POZZOBON, G. **Atriz Graciela Pozzobon faz audiodescrição**. Entrevistador: Jô Soares. São Paulo: TV Globo, 2008. Disponível em: <http://globotv.globo.com/redeglobo/programa-do-jo/v/atriz-graziela-pozzobon-faz-audiodescricao/899619/>. Acesso em out. 2010

SILVA, M. C. C. C. da. **Audiodescrição**: ferramenta de acessibilidade a serviço da inclusão escolar. In. MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 285-298. Disponível em: <<http://www.audiodescricao.com/site/files/2014/11/AUDIODESCRI%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O-5.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

SILVA, M. C. C. C. da. **Com os olhos do coração**: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados pra o público infantil. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras,

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.audiodescricao.com/site/files/2011/06/MestradoManoelaCristinaCorreiaCdaSilva.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

SILVEIRA, D. M. M.. **Um estudo descritivo da oralidade nas legendas em inglês de Tropa de Elite**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.audiodescricao.com/site/files/2014/12/disserta%C3%A7%C3%A3o-iracema-vilalonga-2010.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.

RODRIGUES, I. V. **O potencial formativo do cinema e a audiodescrição: olhares cegos**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.audiodescricao.com/site/files/2014/12/disserta%C3%A7%C3%A3o-iracema-vilalonga-2010.pdf>> Acesso: 25 de ago. de 2015.